

Sobre a proposta de Novas Aprendizagens Essenciais de Matemática do Ensino Básico

Apreciação global

Uma apreciação global positiva

A Associação de Professores de Matemática (APM) quer começar por congratular-se pela iniciativa de, finalmente, se começarem a substituir documentos curriculares que sempre considerámos desadequados, por outros, cujo conteúdo global, neste caso o do Ensino Básico (EB), saudamos como apropriado, exigente, suficientemente focado, claro e facilitador da tarefa dos professores. Por isso a nossa apreciação global é positiva.

Fazendo uma breve retrospeção ao longo destes últimos 9 anos, a APM, desde que as Metas Curriculares foram colocadas em discussão pública em 2012, com a sequência de revogações e homologações que se sucederam, até à homologação, em 2013, do “Programa e Metas Curriculares de Matemática para o ensino Básico” ainda em vigor, não cessou de identificar, não só o distanciamento desses documentos em relação à prática e à investigação nacional e internacional sobre o ensino da Matemática, como também o seu distanciamento relativamente às orientações internacionais de reconhecidos organismos educativos (OCDE, Unesco...) e, sobretudo, o efeito perverso que começou a ter na relação dos alunos com esta disciplina, desde os anos mais precoces. E se é verdade que muitos desses problemas foram obviados pela mediação experiente e informada da maioria dos professores, não é menos evidente a perturbação que veio introduzir na prática letiva e avaliativa dos docentes, dado o desajuste que apresenta em relação ao nível de ensino a que se destina e às idades dos alunos a que se dirige, pelo seu grau de abstração e formalismo, pela visão redutora e excludente que consubstancia sobre o ensino da Matemática na escolaridade obrigatória e muito especialmente, no Ensino Básico.

Por isso, a APM, desde esse ano de 2012, não cessou de alertar (os governos, o parlamento, a opinião pública) para o tremendo erro que se estava a cometer e para a necessidade de reverter, tão cedo quanto possível, essa situação.

A partir de 2016 foram sendo alterados alguns normativos especialmente desajustados (alterações ao nível da avaliação no Ensino Básico, por exemplo) e outros foram sendo mitigados através de medidas que os subalternizavam, como foi o caso das Aprendizagens Essenciais (AE) que passaram a ser o referente para a planificação e avaliação escolares em detrimento dos Programas e Metas. No caso da disciplina de Matemática do EB essas AE passaram a constituir, com os demais referentes curriculares

em vigor, um conjunto desarticulado de documentos, frequentemente contraditórios, sobretudo no que diz respeito às abordagens aos conteúdos matemáticos em cada ciclo de escolaridade.

Vemos, pois, como um sinal muito positivo, o trabalho iniciado a partir das *Recomendações do Grupo de Trabalho da Matemática (GTM)* de revisão curricular nas disciplinas de Matemática, sobretudo no que concerne à **Matemática no Ensino Básico** e à **Matemática A** no Ensino Secundário e que resultaram nesta proposta em debate, neste caso ainda só para o Ensino Básico.

Este conjunto de documentos, dadas as atuais circunstâncias e a urgência de ultrapassar os problemas antes referidos com que estamos confrontados, e atendendo ao seu conteúdo global, tem condições para ser um bom contributo no caminho para a melhoria das aprendizagens dos alunos que se querem mais significativas e assentes na compreensão (haverá outra forma de aprender?), focadas e adequadas. Poderá contribuir também para reforçar práticas letivas que facilitem e proporcionem essas aprendizagens. Identificamo-nos globalmente com a abordagem que preconiza e com a generalidade dos conteúdos matemáticos que contempla.

Consideramos também que se coordena com o *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*.

Uma apreciação com aspetos discordantes

Se vemos como muito positiva esta medida, alguns aspetos nos têm criado alguma apreensão.

- Antes de mais, o facto de estarmos confrontados com um documento formalmente semelhante às AE em vigor, a começar pela própria designação, e não um **novo Programa de Matemática que é aquilo de que necessitamos e que acreditamos ser a expectativa da generalidade dos professores** e o que o GTM começa por recomendar (cf. *Recomendação 1* do GTM). Ainda que estas novas AE possam subsistir *de per si*, entendemos que há elementos próprios de um *Programa* que ou não estão aqui contemplados, ou perdem a sua globalidade nesta apresentação por anos, perdendo-se assim uma referência fundamental. Falta uma visão mais completa, mais globalizante e mais articulada de finalidades, objetivos e conteúdos relativos a esta disciplina e neste nível de ensino, de indicações metodológicas e princípios orientadores para a avaliação, de recursos, bibliografia e apoios diversos.

- Em segundo lugar, e embora reconhecendo a existência de sequencialidade de aprendizagem entre ciclos, **estamos em completo desacordo com a organização das AE por anos de escolaridade, quando é fundamental que essa organização se faça por ciclos** (sob a mesma introdução comum ao EB) para garantir melhor articulação vertical e horizontal, contribuindo para uma melhor informação dos professores acerca das aprendizagens a realizar pelos alunos ao longo do Ensino Básico (cf. *Recomendação 2* do GTM). Uma organização assim será também mais ajustada à flexibilização curricular e a práticas de diferenciação pedagógica efetiva, da responsabilidade da decisão dos professores e das escolas no seu verdadeiro exercício de autonomia, indo ainda ao encontro do *Plano de Recuperação de Aprendizagens*, dando coerência a princípios aí referidos como por exemplo, a “confiança nas escolas e profissionais alargando a autonomia e poder de decisão”, e a “articulação, abordagens e metodologias na Educação em Ciências”.

O formato de Aprendizagens Essenciais e a sua disponibilização, em separado, por anos de escolaridade (com a redundância da Introdução e do conteúdo relativo a capacidades matemáticas em todos os documentos) é, de facto, questionável. Será, pois, fundamental, a elaboração de um Programa de Matemática enquanto **documento único**, no qual faz todo o sentido incluir orientações metodológicas e outras indicações, mas não em um documento focado nas **aprendizagens essenciais dos alunos**.

Entendemos como **Aprendizagens Essenciais** unidades de aprendizagem sendo, para cada tema matemático, um todo integrado e articulado de conteúdos, objetivos e práticas de aprendizagem interrelacionados e indissociáveis. Os objetivos concretizam as aprendizagens relativas a cada conteúdo, incidindo sobre conhecimentos, capacidades e atitudes a adquirir e a desenvolver, e as práticas estabelecem a experiência dos alunos que favorece e apoia a consecução desses objetivos.

A apresentação num documento uno facilita a sua leitura vertical pelos professores. Uma compreensão clara da evolução curricular ao longo dos ciclos de escolaridade é fundamental ao trabalho do professor. Esta disponibilização separada por anos pode induzir os professores a circunscreverem-se à consulta do documento do ano de escolaridade em que se encontram a lecionar, perdendo a noção global do currículo.

Será desejável ainda clarificar se está previsto abordar outros tópicos não incluídos nestes documentos, por eventualmente não serem considerados como sendo essenciais.

Consideramos igualmente que, nem que seja numa perspetiva de continuidade das AE agora apresentadas, é fundamental uma alteração profunda dos documentos

curriculares do Ensino Secundário, principalmente nas disciplinas de Matemática A e Matemática B.

Finalmente, sublinhamos a importância — diríamos mesmo a “condição necessária” — de um apoio efetivo ao trabalho dos professores aos quais reconhecemos um papel-chave na mediação das aprendizagens dos alunos, sem que tenham certamente o ónus de determinar estas aprendizagens. Para isso é necessário garantir as condições e recursos, entre os quais um programa de formação contínua de professores que contemple aspetos de aplicação em sala de aula, reflexão e diálogo sobre a prática e acompanhamento em contexto.

A Direção da APM
25 de junho de 2021